RGe ISSN: 2177-3246

COOPERATIVISMO DE CRÉDITO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: EVIDÊNCIAS DE UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

CREDIT COOPERATIVES AND REGIONAL DEVELOPMENT: EVIDENCE FROM A SYSTEMATIC LITERATURE REVIEW

COOPERATIVAS DE CRÉDITO Y DESARROLLO REGIONAL: EVIDENCIA DE UNA REVISIÓN SISTEMÁTICA DE LA LITERATURA

10.56238/revgeov17n6-059

Adriana Maia Grave Segaspini
Mestranda em Contabilidade e Administração
Instituição: Universidade Federal de Rondônia (UNIR - PPGAC)
E-mail: adriana.grave@hotmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0001-9288-2148
Lattes: http://lattes.cnpq.br/1398342144771552

Mauricio Assuero Lima de Freitas
Doutor em Economia
Instituição: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
E-mail: mauricio.lfreitas@ufpe.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-0437-3571
Lattes: http://lattes.cnpq.br/6395847929002275

RESUMO
O cooperativismo de crédito tem sido amplamente reconhecido como um instrumento de inclusão financeira e de promoção do desenvolvimento regional. Diante da crescente produção científica sobre o tema, torna-se relevante compreender como a literatura tem abordado a relação entre cooperativismo de crédito e desenvolvimento regional. Nesse contexto, este estudo tem como objetivo analisar a produção científica relacionada ao tema por meio de uma revisão sistemática da literatura. A busca foi realizada em bases de dados nacionais e internacionais, contemplando estudos que abordam cooperativismo de crédito, inclusão financeira e desenvolvimento regional. Os resultados evidenciam que a literatura concentra-se principalmente na análise da contribuição das cooperativas para o desenvolvimento local, ampliação do acesso aos serviços financeiros e fortalecimento das economias regionais. Observou-se ainda predominância de estudos descritivos e concentração geográfica das pesquisas em regiões onde o cooperativismo apresenta maior grau de consolidação institucional. Como contribuição, o estudo sistematiza o conhecimento produzido sobre o tema e identifica lacunas que podem orientar futuras agendas de pesquisa.

Palavras-chave: Cooperativismo de Crédito. Desenvolvimento Regional. Inclusão Financeira. Revisão Sistemática da Literatura. Desenvolvimento Local.

ABSTRACT
Credit cooperatives have been widely recognized as an instrument for financial inclusion and the promotion of regional development. Given the growing body of scientific research on the subject, it is relevant to understand how the literature has addressed the relationship between credit cooperatives and regional development. In this context, this study aims to analyze the scientific production related to the topic through a systematic literature review. The search was conducted in national and international databases, encompassing studies that address credit cooperatives, financial inclusion, and regional development. The results show that the literature focuses mainly on analyzing the contribution of cooperatives to local development, expanding access to financial services, and strengthening regional economies. A predominance of descriptive studies and a geographical concentration of research in regions where cooperatives have a higher degree of institutional consolidation were also observed. As a contribution, the study systematizes the knowledge produced on the topic and identifies gaps that can guide future research agendas.

Keywords: Credit Cooperatives. Regional Development. Financial Inclusion. Systematic Literature Review. Local Development.

RESUMEN
Las cooperativas de crédito han sido ampliamente reconocidas como un instrumento para la inclusión financiera y la promoción del desarrollo regional. Dado el creciente volumen de investigación científica sobre el tema, resulta relevante comprender cómo la literatura ha abordado la relación entre las cooperativas de crédito y el desarrollo regional. En este contexto, este estudio tiene como objetivo analizar la producción científica relacionada con el tema mediante una revisión sistemática de la literatura. La búsqueda se realizó en bases de datos nacionales e internacionales, abarcando estudios que abordan las cooperativas de crédito, la inclusión financiera y el desarrollo regional. Los resultados muestran que la literatura se centra principalmente en analizar la contribución de las cooperativas al desarrollo local, la ampliación del acceso a los servicios financieros y el fortalecimiento de las economías regionales. También se observó un predominio de estudios descriptivos y una concentración geográfica de la investigación en regiones donde las cooperativas presentan un mayor grado de consolidación institucional. Como contribución, el estudio sistematiza el conocimiento producido sobre el tema e identifica lagunas que pueden orientar futuras agendas de investigación.

Palabras clave: Cooperativas de Crédito. Desarrollo Regional. Inclusión Financiera. Revisión Sistemática de la Literatura. Desarrollo Local.

1 INTRODUÇÃO

O Banco Central do Brasil (BCB, 2024) define como Cooperativa de Crédito aquela instituição financeira que é formada pela associação de pessoas cujo objetivo é prestar serviços financeiros exclusivamente aos seus associados. Nelas, os associados encontrarão os principais serviços disponíveis nos bancos, isto é, conta corrente, aplicações financeiras, cartão de crédito, empréstimos e financiamentos.

O diferencial de destaque das cooperativas de crédito ocorre quando o resultado positivo da cooperativa, que se denomina sobra, é repartido com o associado na medida proporcional às operações financeiras realizadas com a instituição. O Banco Central do Brasil (BCB, 2025) destaca ainda que o cooperado deve também estar preparado para eventual rateio em caso de perdas que é igualmente calculado conforme a utilização de serviços.

O cooperativismo de crédito no Brasil constitui um dos segmentos mais dinâmicos e estruturados do sistema cooperativo nacional. Segundo dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2024), o país conta com mais de 25 milhões de cooperados e mais de 4 mil cooperativas ativas. O ramo de crédito, por sua vez, assegura mais de 20 milhões de associados, ou seja, é um dos maiores campos de cooperativismo no Brasil. Assim, o cooperativismo de crédito se destaca como um agente estratégico para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

A expansão do cooperativismo de crédito nas últimas décadas ocorreu de forma desigual entre as regiões brasileiras. As regiões Sul e Sudeste concentram maior número de cooperativas, ativos e associados, refletindo um processo histórico de consolidação institucional e econômica do setor. Em contrapartida, Norte e Nordeste apresentam menor densidade cooperativista e menor cobertura dos serviços financeiros oferecidos por essas instituições (Schneider, 2015). Essa assimetria regional tem despertado crescente interesse acadêmico, especialmente quanto ao potencial das cooperativas de crédito para promover inclusão financeira, dinamização econômica e desenvolvimento regional.

Embora o tema tenha despertado crescente interesse acadêmico nas últimas décadas, a literatura científica ainda apresenta lacunas importantes quanto à compreensão dos diferentes contextos territoriais em que o cooperativismo de crédito se desenvolve. Além da diversidade de abordagens teóricas e metodológicas, observa-se a necessidade de ampliar o conhecimento sobre os fatores que condicionam os impactos das cooperativas de crédito sobre a inclusão financeira e o desenvolvimento regional (Queiroz, Flach e Mattos, 2022).

Diante desse contexto, emerge a seguinte questão de pesquisa: **Como a produção científica tem abordado a relação entre cooperativismo de crédito e desenvolvimento regional?**

Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão sistemática da literatura, como a produção científica tem abordado a relação entre cooperativismo de crédito e

desenvolvimento regional, identificando os principais temas investigados, as abordagens metodológicas adotadas, os resultados encontrados e as lacunas existentes na literatura.

A relevância deste estudo reside na sistematização da produção científica sobre cooperativismo de crédito e desenvolvimento regional. Embora o tema tenha despertado crescente interesse acadêmico nas últimas décadas, a literatura encontra-se dispersa entre diferentes abordagens teóricas, contextos territoriais e estratégias metodológicas. Nesse sentido, a realização de uma revisão sistemática permite organizar o conhecimento produzido, identificar convergências e divergências entre os estudos, bem como evidenciar lacunas ainda existentes na literatura. Entre essas lacunas, destaca-se a menor atenção dedicada a regiões menos estudadas do país, especialmente Norte e Nordeste, reforçando a necessidade de ampliação das investigações sobre a atuação das cooperativas de crédito em diferentes contextos regionais.

Para alcançar esse objetivo, o artigo está organizado em cinco seções. Após esta introdução, apresenta-se a fundamentação teórica sobre cooperativismo de crédito e desenvolvimento regional. Na sequência, descrevem-se os procedimentos metodológicos adotados. Posteriormente, são discutidos os principais resultados da revisão da literatura, e, por fim, apresentam-se as considerações finais do estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção apresenta o referencial teórico que fundamenta a análise do cooperativismo de crédito e sua relação com o desenvolvimento regional. Inicialmente, discute-se a origem e a evolução do cooperativismo de crédito, destacando seus princípios e características institucionais. Em seguida, são abordadas as principais teorias do desenvolvimento regional que auxiliam na compreensão das desigualdades territoriais e do papel das organizações cooperativas na dinamização das economias locais. Por fim, são apresentados estudos que analisam a atuação das cooperativas de crédito no Brasil, com ênfase nas assimetrias regionais e nos desafios de expansão do modelo em regiões menos atendidas pelo sistema financeiro tradicional.

2.1 COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

O cooperativismo de crédito surgiu no Brasil no início do século XX, inspirado em experiências europeias de economia solidária e intercooperação financeira. Sua gênese remonta a 1902, com a fundação da Cooperativa de Crédito Rural de Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul, considerada a primeira da América Latina (Pinho, 2004).

A adoção do cooperativismo, no Brasil, foi inspirada no modelo Raiffeisen (1864) cujas características, de acordo com Pinho (2004) fundam-se no princípio cristão de amor ao próximo, admitem auxílio de cunho filantrópico, dão grande importância à formação moral dos associados, os

quais se tornam solidária e ilimitadamente responsáveis pelas obrigações contraídas pela cooperativa, ainda, atribuem significativa importância à organização da instituição de modo a atender às necessidades das cooperativas, não remuneram seus dirigentes e não distribuíam retorno. Essa primeira cooperativa de crédito de Nova Petrópolis tinha como propósito reunir pequenos produtores rurais para oferecer crédito mútuo em condições acessíveis, fortalecendo a economia local e reduzindo a dependência de instituições financeiras tradicionais.

O movimento ganhou força principalmente nas comunidades de colonização alemã e italiana, onde a cultura da cooperação e da autogestão já era parte das práticas sociais e religiosas (Schneider, 2015). Durante décadas, o cooperativismo de crédito manteve-se fortemente vinculado ao meio rural, atuando como instrumento de inclusão financeira e desenvolvimento local.

A institucionalização do setor ocorreu com advento da Lei nº 5.764 (Brasil, 1971), que definiu a Política Nacional de Cooperativismo, definindo critérios para constituição, funcionamento e fiscalização das cooperativas. Estabeleceu o marco jurídico do movimento cooperativo brasileiro consolidando a figura da cooperativa como sociedade autônoma de pessoas unidas por objetivos econômicos e sociais comuns, distinta das empresas de capital. Posteriormente, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso XVIII, reforçou a liberdade de associação e a autonomia das cooperativas, garantindo segurança jurídica e legitimidade à sua atuação (Brasil, 1988).

A esse respeito, Martins (2022) observa que a liberdade associativa em cooperativas deve ser compreendida como um direito-garantia, assegurando que indivíduos com interesses comuns possam se organizar coletivamente com autonomia e sem intervenção estatal. O reconhecimento constitucional reforça a natureza democrática das cooperativas, distinguindo-as das sociedades empresariais e conferindo-lhes proteção reforçada no ordenamento jurídico.

Nas décadas de 1990 e 2000, o cooperativismo de crédito passou por um processo de reestruturação e expansão institucional, com o fortalecimento de sistemas integrados como o Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi), o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) e o Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol), que ampliaram a capilaridade e a diversidade de produtos financeiros oferecidos aos cooperados (Manenti, 2021).

A regulação do Banco Central do Brasil (BCB), especialmente após a Resolução nº 4.434/2015, foi determinante para o aumento da eficiência, da transparência e da competitividade dessas instituições.

É importante ressaltar que, estudos sobre gestão de cooperativas de crédito indicam que o desempenho dessas organizações depende da capacidade de conciliar eficiência administrativa, participação dos associados e sustentabilidade financeira. Porto (2002), ao propor um modelo de avaliação baseado no *Balanced Scorecard* para cooperativas de crédito rural no norte do país, ressalta

a importância de instrumentos gerenciais capazes de alinhar objetivos estratégicos, desempenho institucional e atendimento às demandas dos cooperados.

Atualmente, o cooperativismo de crédito brasileiro constitui um segmento relevante do sistema financeiro nacional, sendo responsável por parcela das operações de crédito no país e apresentando crescente expansão ao longo dos últimos anos. Segundo o Banco Central do Brasil (BCB, 2024), as cooperativas de crédito estão presentes em cerca de 55% dos municípios brasileiros, alcançando localidades frequentemente desassistidas por bancos tradicionais.

Nesse sentido, evidências empíricas recentes reforçam o papel das cooperativas de crédito não apenas como instrumentos de inclusão financeira, mas também como agentes de desenvolvimento regional. Cavinato e Capitani (2023), ao analisarem a eficiência social das cooperativas de crédito rural no Brasil sob uma perspectiva regional, identificam que essas instituições apresentam impacto positivo sobretudo em regiões menos desenvolvidas, contribuindo para a ampliação do acesso ao crédito, fortalecimento das atividades produtivas locais e redução de desigualdades territoriais. Os resultados indicam que a atuação das cooperativas vai além da intermediação financeira, assumindo papel relevante na dinamização econômica e na promoção do desenvolvimento regional sustentável.

Compreendidos os fundamentos e a evolução do cooperativismo de crédito, torna-se necessário discutir sua relação com o desenvolvimento regional, tema abordado na seção seguinte.

2.2 COOPERATIVISMO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Autores clássicos como Perroux (1950), Myrdal (1957) e Hirschman (1958) destacam que o desenvolvimento econômico ocorre de forma desigual no território, sendo impulsionado por polos dinâmicos e processos cumulativos.

Conforme destacam Vasconcelos e Leite (2004), diferentes contribuições clássicas da literatura sobre desenvolvimento regional, como as de Perroux (1950), Myrdal (1957) e Hirschman (1958), embora formuladas em momentos distintos e sob enfoques teóricos variados, convergem ao reconhecer que o desenvolvimento econômico ocorre de forma espacialmente desigual, sendo impulsionado por setores dinâmicos e por processos de encadeamento produtivo.

A teoria de polos de crescimento, proposta por Perroux (1950), tornou-se uma das principais referências da literatura sobre desenvolvimento regional, longe de almejar restringir sua teoria, este trabalho irá restringir o enfoque ao campo do planejamento e desenvolvimento regional. A análise fundamenta-se na ideia de que o crescimento econômico ocorre de forma espacialmente desigual, concentrando-se em polos de desenvolvimento formados por setores ou atividades com maior capacidade de dinamização econômica. A partir desses polos, os efeitos do crescimento se difundem para outras áreas por meio de encadeamentos produtivos e transformações estruturais na economia (Campos Junior, 2020).

Nessa perspectiva, o conceito de polo se refere à presença de atividades capazes de exercer forte influência sobre outras atividades produtivas, gerando efeitos de difusão e encadeamento econômico. Assim, o desenvolvimento é compreendido como um processo de transformação estrutural da economia, marcado pelo surgimento de novas indústrias e pela substituição de atividades menos dinâmicas por setores inovadores.

A interpretação de Perroux (1950) sobre a concentração espacial do crescimento econômico dialoga com outras abordagens clássicas do desenvolvimento regional. Entre elas, destaca-se a teoria da causação circular cumulativa proposta por Myrdal (1957), que enfatiza a tendência de concentração do desenvolvimento em determinadas regiões. Segundo o autor, os processos econômicos geram efeitos que se retroalimentam ao longo do tempo, reforçando desigualdades territoriais já existentes: regiões mais desenvolvidas tendem a atrair investimentos, infraestrutura e capital humano, enquanto áreas menos favorecidas permanecem presas a trajetórias de estagnação relativa. Nesse contexto, a concentração de atividades produtivas pode ampliar o emprego, a renda e o mercado consumidor local, criando condições para a atração de novas atividades econômicas e intensificando os processos de polarização regional (Oliveira e Teles, 2019; Ferreira e Salles, 2020).

Já Hirschman (1958), *apud* Vasconcelos e Leite (2004), argumenta que o crescimento econômico ocorre de forma desequilibrada, sendo impulsionado por setores estratégicos capazes de gerar encadeamentos produtivos. Para os autores, esses encadeamentos podem ocorrer tanto para frente (*forward linkages*), estimulando atividades que utilizam os produtos gerados por determinado setor, quanto para trás (*backward linkages)*, incentivando o surgimento de fornecedores e insumos necessários à produção. O desenvolvimento regional, segundo os autores, depende da capacidade de setores e regiões-chave de criar esses efeitos multiplicadores.

Dessa forma, determinados setores ou atividades assumem papel estratégico na dinamização das economias regionais, ao estimular a expansão de cadeias produtivas e gerar efeitos multiplicadores sobre outros segmentos da economia. Nesse contexto, as cooperativas podem desempenhar papel relevante ao articular produtores, consumidores e mercados, contribuindo para o fortalecimento das cadeias produtivas locais. Assim, organizações capazes de articular agentes econômicos e estimular a formação de cadeias produtivas locais podem atuar como importantes catalisadoras dos processos de desenvolvimento regional descritos por Hirschman (1958).

Em conjunto, as abordagens clássicas do desenvolvimento regional, representadas pelas contribuições de Perroux (1950), Myrdal (1957) e Hirschman (1958), evidenciam que o crescimento econômico possui forte dimensão espacial e tende a ocorrer de maneira desigual entre regiões (Vasconcelos e Leite, 2004). Nesse contexto, compreender os mecanismos capazes de promover maior equilíbrio territorial torna-se fundamental para a análise das estratégias de desenvolvimento regional.

No caso brasileiro, essas dinâmicas de concentração e difusão do crescimento econômico manifestam-se de forma particularmente evidente nas desigualdades históricas entre as diferentes regiões do país. Por conta de assimetrias em infraestrutura, capital humano e acesso a oportunidades, as desigualdades são agravadas pela concentração histórica de investimentos públicos e privados no eixo Sul-Sudeste (Vargas-Chaves, 2021). Para este autor, o capital humano, entendido como a qualificação técnica e organizacional da população, é fator determinante para o êxito das cooperativas, que dependem da capacitação e do engajamento de seus membros para operar de forma eficiente e sustentável.

Em abordagens mais recentes percebe-se que o desenvolvimento territorial endógeno enfatiza a valorização das potencialidades locais, da governança participativa e das redes institucionais. Autores como Putnam (1993) e Vázquez Barquero (2002) destacam o papel do capital social, da confiança e da cooperação na promoção do desenvolvimento sustentável. Para Putnam (1993), o capital social, entendido como o conjunto de redes de confiança, normas de reciprocidade e participação cívica, constitui elemento fundamental para o fortalecimento das instituições e para a coordenação das ações coletivas no âmbito local. Já Vázquez Barquero (2002) enfatiza que o desenvolvimento territorial depende da capacidade das comunidades de mobilizar seus recursos internos, articular atores locais e construir estratégias coletivas de crescimento econômico.

Nesse contexto, as cooperativas de crédito brasileiras configuram-se como instrumentos de governança territorial, ao aliarem gestão democrática, proximidade comunitária e reinvestimento local, elementos que contribuem para o fortalecimento da coesão social e econômica. Essas evidências demonstram que as teorias clássicas inicialmente citadas continuam pertinentes para interpretar as desigualdades regionais brasileiras, sobretudo quando articuladas às abordagens contemporâneas de capital social e desenvolvimento endógeno (Putnam, 1993; Vázquez Barquero, 2002).

Essa base teórica orienta a compreensão de como o cooperativismo, especialmente o de crédito, atua em contextos socioeconômicos distintos, potencializando dinâmicas locais de crescimento inclusivo e sustentável. As principais contribuições teóricas que fundamentam a análise do desenvolvimento regional e sua relação com o cooperativismo de crédito podem ser sintetizadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Principais abordagens teóricas sobre desenvolvimento regional

Autor	Contribuição teórica	Relação com o estudo
Perroux (1950)	Teoria dos polos de crescimento	Explica a concentração espacial das atividades econômicas
Myrdal (1957)	Causação circular cumulativa	Evidencia o reforço das desigualdades regionais
Hirschman (1958)	Encadeamentos produtivos	Mostra como setores estratégicos dinamizam economias
Putnam (1993)	Capital social	Destaca o papel da confiança e cooperação
Vázquez Barquero (2002)	Desenvolvimento territorial endógeno	Enfatiza a importância das dinâmicas e recursos locais

Fonte: elaboração própria com base na literatura.

A partir desse referencial teórico, torna-se possível compreender o potencial do cooperativismo como instrumento de promoção do desenvolvimento regional. No caso brasileiro, entretanto, a expansão das cooperativas de crédito apresenta distribuição territorial desigual, concentrando-se principalmente nas regiões Sul e Sudeste, o que evidencia a necessidade de analisar sua atuação e os desafios de consolidação em outras regiões do país.

2.3 COOPERATIVAS DE CRÉDITO E DESIGUALDADES REGIONAIS NO BRASIL

A literatura evidencia que, em regiões com menor densidade bancária, como parte da região Norte brasileira, as cooperativas de crédito podem desempenhar papel estratégico na inclusão financeira e no fortalecimento das economias locais (Porto, 2020).

No Brasil, o movimento cooperativista evoluiu de forma desigual entre as regiões. O Sul apresenta elevada densidade de cooperativas por município, robusta estrutura institucional e altos volumes de ativos e faturamento, enquanto o Norte ainda expande sua presença, sobretudo nos ramos agropecuário e de crédito (Manenti, 2021). Essa heterogeneidade regional tem sido frequentemente destacada pela literatura como um elemento importante para compreender os diferentes impactos das cooperativas de crédito sobre o desenvolvimento econômico e social dos territórios.

Embora a presença das cooperativas de crédito seja mais consolidada nas regiões Sul e Sudeste, experiências observadas em estados da região Norte demonstram o potencial dessas instituições para promover inclusão financeira e apoiar atividades econômicas locais. Nesse sentido, Porto (2002), ao estudar uma cooperativa de crédito rural em Rondônia, evidencia a importância dessas organizações para o fortalecimento das economias regionais.

Assim, os efeitos do cooperativismo vão além da esfera financeira, ao fortalecer relações de cooperação, participação social e desenvolvimento territorial. Nessa perspectiva, as cooperativas podem ser compreendidas não apenas como organizações financeiras, mas também como instituições capazes de promover inclusão e desenvolvimento local (Singer, 2002; Oliveira, 2013).

Diante desse cenário, a presença de cooperativas de crédito pode representar uma alternativa relevante para ampliar o acesso a serviços financeiros em regiões historicamente menos atendidas pelo sistema bancário tradicional. Nesse sentido, essas instituições podem contribuir para a mobilização de

recursos locais, fortalecimento de atividades produtivas e dinamização econômica em diferentes territórios.

A literatura analisada evidencia que a distribuição territorial das cooperativas de crédito no Brasil permanece marcada por desigualdades regionais significativas. Embora diversos estudos apontem contribuições dessas instituições para a inclusão financeira e para o desenvolvimento econômico local, observa-se concentração das pesquisas em regiões onde o cooperativismo já se encontra mais consolidado. Essa constatação reforça a importância de revisões sistemáticas capazes de identificar padrões, convergências e lacunas na produção científica sobre cooperativismo de crédito e desenvolvimento regional.

O conjunto de contribuições teóricas apresentadas permite compreender o cooperativismo de crédito como um potencial agente de inclusão financeira e dinamização das economias locais. Com base nesse referencial teórico, a próxima seção descreve os procedimentos metodológicos adotados na condução da revisão sistemática da literatura.

3 MÉTODO DE PESQUISA

Esta pesquisa caracteriza-se como uma revisão sistemática da literatura, conduzida com o objetivo de identificar, selecionar e analisar estudos científicos relacionados ao cooperativismo de crédito e ao desenvolvimento regional. A revisão foi estruturada com base nas recomendações de Snyder (2019) e nas diretrizes do protocolo PRISMA, buscando garantir transparência, rigor metodológico e rastreabilidade do processo de seleção dos estudos.

A busca foi realizada nas bases Web of Science, Scopus, SciELO e SPELL, selecionadas por sua relevância na indexação de estudos nacionais e internacionais nas áreas de Administração, Economia e Desenvolvimento Regional. Para recuperação dos trabalhos foram utilizadas combinações de descritores relacionados ao cooperativismo de crédito e ao desenvolvimento regional, empregando operadores booleanos (*AND* e *OR*). Entre as combinações utilizadas destacam-se expressões como “cooperativas de crédito” *AND* “desenvolvimento regional”, bem como variações envolvendo os termos “cooperativismo de crédito”, “desenvolvimento local”, “credit cooperatives” e “regional development”.

Foram adotados os seguintes critérios de inclusão: (i) artigos científicos publicados em periódicos revisados por pares; (ii) estudos relacionados ao cooperativismo de crédito e desenvolvimento regional; (iii) publicações no período de 2015 a 2025; e (iv) disponibilidade de texto completo. Como critérios de exclusão, consideraram-se trabalhos duplicados, estudos sem aderência ao tema e publicações fora do escopo da pesquisa. Com o objetivo de tornar mais transparente o protocolo adotado na revisão sistemática, o Quadro 2 apresenta uma síntese das principais etapas metodológicas da pesquisa.

Quadro 2 – Protocolo da revisão sistemática

Etapa	Procedimento adotado
Questão de pesquisa	Como a produção científica tem abordado a relação entre cooperativismo de crédito e desenvolvimento regional?
Bases consultadas	Web of Science, Scopus, SciELO e Spell
Período analisado	2015–2025
Critérios de inclusão	Artigos revisados por pares, aderentes ao tema e disponíveis integralmente
Critérios de exclusão	Duplicados, fora do escopo ou sem aderência temática
Estudos identificados	59
Estudos após triagem	53
Estudos finais analisados	15
Técnica de análise	Síntese temática

Fonte: elaboração própria com base na literatura.

Conforme apresentado no Quadro 2, a revisão foi conduzida a partir de critérios previamente definidos, contemplando a seleção das bases de dados, os critérios de inclusão e exclusão, bem como os procedimentos de análise dos estudos. A adoção desse protocolo buscou garantir maior consistência metodológica e transparência no processo de seleção da literatura.

O processo de seleção ocorreu em etapas sucessivas. Inicialmente foram analisados os títulos e resumos dos estudos recuperados nas bases de dados. Em seguida, os trabalhos potencialmente aderentes ao objetivo da pesquisa foram submetidos à leitura integral para verificação de elegibilidade. Foram excluídos estudos que não abordavam diretamente a relação entre cooperativismo de crédito e desenvolvimento regional, bem como trabalhos com foco em outros segmentos do cooperativismo ou em instituições financeiras não cooperativas.

A busca resultou em 59 artigos, distribuídos entre as bases Web of Science (9), Scopus (5), SciELO (5) e SPELL (40). Após a remoção de duplicados, permaneceram 53 registros, os quais foram submetidos à triagem por título e resumo. Desses, 38 foram excluídos por não atenderem aos critérios de elegibilidade. Ao final, 15 estudos foram selecionados para leitura completa e incluídos na análise final. Não foram identificadas exclusões adicionais na etapa de leitura completa. Os estudos finais constituíram o corpus analítico da presente revisão sistemática.

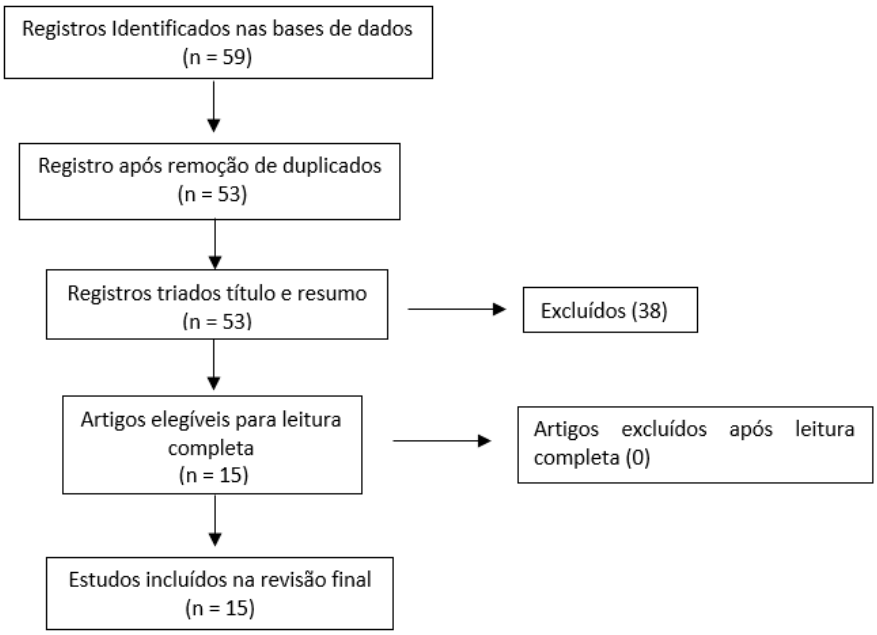
A análise dos dados foi realizada por meio de síntese temática, técnica amplamente utilizada em revisões sistemáticas para identificar padrões recorrentes na literatura. Inicialmente, os estudos selecionados foram lidos integralmente e analisados quanto aos objetivos, métodos e principais resultados. Em seguida, os achados foram agrupados de acordo com sua proximidade temática, permitindo a construção de categorias analíticas emergentes. Esse processo resultou na definição de três eixos centrais de análise: (i) cooperativismo de crédito e inclusão financeira; (ii) cooperativismo e desenvolvimento regional; e (iii) lacunas e desafios da literatura sobre cooperativismo de crédito e desenvolvimento regional. A categorização foi realizada de forma indutiva, a partir dos temas recorrentes identificados nos estudos selecionados.

Para fins de extração e organização dos dados, foram registradas informações referentes aos autores, ano de publicação, contexto geográfico analisado, abordagem metodológica e principais resultados dos estudos selecionados. Essas informações subsidiaram a construção dos quadros-síntese e a identificação dos padrões temáticos discutidos na seção de resultados.

A adoção de uma estratégia sistemática de busca e seleção dos estudos visa garantir maior rigor metodológico, transparência e reprodutibilidade da pesquisa, reduzindo vieses na seleção da literatura. Além disso, a utilização de categorias analíticas contribuiu para a organização e interpretação dos resultados, favorecendo uma compreensão mais estruturada da produção científica sobre o tema.

O processo de seleção dos estudos seguiu as diretrizes do protocolo PRISMA, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1 – Fluxo de seleção dos estudos conforme protocolo PRISMA



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Destaca-se que, embora o número total de estudos identificados não seja elevado, observou-se maior aderência temática nas bases adicionais, o que contribuiu para a ampliação do número de estudos elegíveis para análise.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise da literatura permitiu identificar diferentes abordagens sobre o papel do cooperativismo de crédito no desenvolvimento regional. Dos estudos inicialmente identificados, parte foi excluída por não apresentar aderência direta ao objeto da pesquisa, como trabalhos voltados a outros setores ou que abordavam o sistema bancário de forma geral, sem foco específico nas cooperativas de crédito.

A partir dos estudos selecionados, observa-se que a literatura sobre cooperativas de crédito e desenvolvimento regional apresenta predominância de abordagens empíricas, com diferentes recortes geográficos e metodológicos. De modo geral, verifica-se convergência quanto à contribuição dessas instituições para a inclusão financeira, a dinamização econômica local e o fortalecimento do desenvolvimento regional, embora os resultados não sejam uniformes em todos os contextos analisados.

Com base na síntese temática dos estudos selecionados, os resultados foram organizados em três eixos analíticos: (i) cooperativismo de crédito e inclusão financeira; (ii) cooperativismo e desenvolvimento regional; e (iii) lacunas e desafios da literatura sobre cooperativismo de crédito e desenvolvimento regional.

4.1 COOPERATIVISMO DE CRÉDITO E INCLUSÃO FINANCEIRA

No que se refere à inclusão financeira, a literatura evidencia que as cooperativas de crédito desempenham papel relevante na ampliação do acesso a serviços financeiros, especialmente em regiões caracterizadas por menor presença do sistema bancário tradicional. Diferentemente das instituições financeiras convencionais, as cooperativas operam com base em princípios de proximidade, mutualismo e participação dos associados, o que favorece a oferta de serviços financeiros adaptados às necessidades locais (Barros et al., 2020).

Nesse contexto, a atuação das cooperativas de crédito contribui para a redução de falhas de mercado associadas à exclusão financeira, particularmente no atendimento a pequenos produtores, microempreendedores e populações de menor renda, segmentos frequentemente negligenciados por instituições bancárias tradicionais. Conforme apontam Singer (2002) e Vázquez Barquero (2002), a organização econômica baseada em estruturas coletivas e territorialmente enraizadas tende a promover maior inclusão financeira em contextos territorialmente específicos.

Os estudos analisados convergem ao indicar que a inclusão financeira constitui um dos principais mecanismos por meio dos quais as cooperativas de crédito contribuem para o desenvolvimento regional. Em diferentes contextos, os resultados apontam que essas instituições ampliam o acesso ao crédito e aos serviços financeiros para grupos tradicionalmente excluídos do sistema financeiro convencional, especialmente pequenos produtores rurais, microempreendedores e populações localizadas em municípios de menor porte.

No caso brasileiro, dados do Banco Central do Brasil (BCB, 2024) indicam que as cooperativas de crédito estão presentes em aproximadamente 55% dos municípios, o que evidencia sua elevada capilaridade territorial. Essa presença é particularmente relevante em localidades desassistidas por bancos tradicionais, reforçando seu papel como instrumento de inclusão financeira em regiões periféricas e com menor acesso a serviços financeiros formais.

Observa-se também convergência entre os estudos quanto aos efeitos positivos da presença das cooperativas sobre a inclusão financeira. Entretanto, as pesquisas diferem quanto aos mecanismos explicativos desses resultados. Enquanto alguns autores enfatizam a proximidade territorial e o conhecimento das realidades locais, outros destacam aspectos relacionados à governança cooperativa, à participação dos associados e à capacidade das cooperativas de adaptar seus serviços às demandas específicas das comunidades atendidas.

Dessa forma, a literatura converge ao apontar que o cooperativismo de crédito atua como um mecanismo relevante de inclusão financeira, mas também para a ampliação do acesso a serviços financeiros de forma mais equitativa entre diferentes grupos sociais. Essa atuação mostra-se particularmente relevante em contextos caracterizados por menor oferta de serviços financeiros formais, nos quais as cooperativas podem contribuir para ampliar o acesso ao crédito e fortalecer processos de desenvolvimento local e regional.

4.2 COOPERATIVISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

No campo do desenvolvimento regional, as cooperativas de crédito são frequentemente associadas a processos de dinamização econômica local. A literatura aponta que essas organizações atuam como instrumentos de fortalecimento das economias regionais, ao promover a circulação de recursos dentro das próprias comunidades (Singer, 2002; Vázquez Barquero, 2002; Barros et al., 2020).

Embora a literatura reconheça o potencial das cooperativas de crédito para impulsionar o desenvolvimento regional, os resultados observados variam conforme os contextos econômicos, institucionais e territoriais analisados. De modo geral, os estudos identificam efeitos positivos relacionados à geração de renda, criação de empregos, fortalecimento de atividades produtivas locais e ampliação da inclusão financeira. O Quadro 3 apresenta uma síntese dos principais estudos identificados na revisão sistemática.

Quadro 3 – Síntese dos estudos sobre cooperativas de crédito e desenvolvimento regional

Autor/Ano	**Principais resultados**
Queiroz et al. (2022)	Baixa produção científica e concentração de autores
Cavinato; Capitani (2023)	Cooperativas de crédito apresentam maior impacto em regiões menos desenvolvidas.
Jacques; Oliveira (2016)	Presença de Cooperativas está associada ao aumento da renda nos municípios
Schuntzemberger et al. (2015)	Presença de cooperativas está associada à melhoria de indicadores econômicos locais.
Silva Filho; Silva (2025)	Expansão das cooperativas associada ao aumento do crédito, geração de renda e desenvolvimento local
Souza et al. (2023)	Cooperativas promovem inclusão financeira e geração de renda
Rovani et al.(2020)	Cooperativas contribuem para geração de emprego
Greatti; Sela (2021)	Cooperativas ampliam a inclusão financeira e atuam como instrumentos de desenvolvimento local

Fonte: Elaborado pela autora com base na literatura analisada (2025).

A análise dos estudos sintetizados no Quadro 3 revela predominância de evidências favoráveis à contribuição das cooperativas de crédito para o desenvolvimento regional. Os resultados mais recorrentes relacionam-se à ampliação do acesso ao crédito, geração de renda, fortalecimento das atividades produtivas locais, inclusão financeira e dinamização econômica dos territórios. Observa-se ainda que os impactos identificados tendem a ser mais expressivos em contextos caracterizados por menor desenvolvimento econômico ou menor presença do sistema financeiro tradicional, reforçando o potencial das cooperativas como instrumentos de desenvolvimento local.

No contexto brasileiro, os estudos de Jacques e Oliveira (2016), Schuntzemberger et al. (2015), Souza et al. (2023), Rovani et al. (2020), Greatti e Sela (2021) e Silva Filho e Silva (2025) apontam resultados convergentes quanto à contribuição das cooperativas para o desenvolvimento regional. As evidências encontradas associam a presença dessas instituições ao aumento da renda municipal, geração de empregos, ampliação da oferta de crédito e fortalecimento das economias locais.

Resultados semelhantes também são observados em estudos internacionais. Pesquisas realizadas na Espanha (Alcaraz et al., 2021a; Alcaraz et al., 2021b; Giagnocavo, 2020) identificam contribuições das cooperativas para o desenvolvimento territorial e para o fortalecimento das economias locais. Na Itália, Agostino et al. (2022) e Aiello e Bonanno (2016) verificaram relações positivas entre cooperativismo de crédito, dinâmica econômica regional e criação de empresas. De forma semelhante, Moreno e Ávila (2021), ao analisarem países da Zona do Euro, observaram que as cooperativas contribuem para a redução das desigualdades de renda e para a ampliação da inclusão financeira.

Entretanto, os efeitos das cooperativas de crédito sobre o desenvolvimento regional não são consensuais na literatura. Korzeb et al. (2019) identificaram contextos nos quais a presença dessas instituições não apresentou relação estatisticamente significativa com determinados indicadores de desenvolvimento local. Esses resultados sugerem que os impactos do cooperativismo dependem de características específicas dos territórios analisados, bem como de fatores institucionais, econômicos e sociais que condicionam sua atuação.

Além das evidências empíricas identificadas, a literatura apresenta limitações importantes. Conforme observado por Queiroz, Flach e Mattos (2022), a produção científica sobre cooperativismo de crédito e desenvolvimento regional ainda se caracteriza por relativa dispersão temática e concentração de autores. Adicionalmente, observa-se concentração geográfica das pesquisas em países europeus e em regiões brasileiras onde o cooperativismo apresenta maior grau de consolidação institucional. Tal característica evidencia a necessidade de ampliação dos estudos em contextos menos explorados, bem como o desenvolvimento de abordagens metodológicas capazes de avaliar de forma mais robusta os impactos das cooperativas sobre indicadores de desenvolvimento regional.

4.3 LACUNAS E DESAFIOS DA LITERATURA SOBRE COOPERATIVISMO DE CRÉDITO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A análise dos estudos selecionados permitiu identificar importantes lacunas na literatura sobre cooperativismo de crédito e desenvolvimento regional. Embora os resultados apontem, de modo geral, contribuições positivas das cooperativas para a inclusão financeira, o fortalecimento das economias locais e a dinamização das atividades produtivas, observa-se concentração temática e geográfica das pesquisas em contextos específicos, limitando a generalização dos resultados.

Uma das principais lacunas identificadas refere-se à distribuição regional dos estudos. A maior parte das pesquisas concentra-se em regiões onde o cooperativismo de crédito apresenta maior grau de consolidação institucional, especialmente nas regiões Sul e Sudeste do Brasil e em países europeus. Em contraste, regiões como Norte e Nordeste permanecem relativamente subexploradas pela literatura, apesar de apresentarem características que tornam particularmente relevante a investigação do papel das cooperativas na promoção da inclusão financeira e do desenvolvimento regional.

Esses achados são consistentes com evidências empíricas da literatura, que apontam para o papel das cooperativas de crédito na promoção do desenvolvimento regional, especialmente em contextos menos favorecidos. Estudos indicam que essas instituições apresentam maior impacto em regiões menos desenvolvidas, contribuindo para a redução de desigualdades territoriais (Cavinato; Capitani, 2023). Além disso, há evidências de efeitos positivos sobre indicadores econômicos locais, como a renda dos municípios brasileiros, reforçando sua atuação como indutoras do desenvolvimento econômico regional (Jacques; Oliveira, 2016). Em linha com esses resultados, análises com abordagem quase-experimental também identificam impacto positivo da presença de cooperativas sobre o PIB per capita da agropecuária, evidenciando sua contribuição para o crescimento econômico local (Schuntzemberger et al., 2015).

Essa desigualdade regional pode ser compreendida à luz de fatores estruturais, como menor densidade bancária, dificuldades logísticas, dispersão populacional e menor nível de organização produtiva em regiões como o Norte. Nesse contexto, a menor presença de cooperativas de crédito não apenas reflete essas limitações, mas também contribui para a manutenção de restrições no acesso a serviços financeiros formais.

Por outro lado, esse cenário evidencia o potencial estratégico do cooperativismo de crédito como mecanismo de promoção do desenvolvimento regional. Em regiões menos atendidas pelo sistema financeiro tradicional, a expansão dessas instituições pode contribuir para ampliar o acesso ao crédito, fomentar atividades produtivas locais e fortalecer economias regionais, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade econômica (Barros *et al*., 2020).

Assim, a análise da literatura evidencia importantes lacunas de conhecimento sobre o cooperativismo de crédito e o desenvolvimento regional, reforçando a necessidade de ampliação das pesquisas em regiões menos exploradas e da utilização de abordagens metodológicas mais robustas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar como a produção científica tem abordado a relação entre cooperativismo de crédito e desenvolvimento regional, por meio de uma revisão sistemática da literatura. A análise dos estudos selecionados permitiu identificar os principais temas investigados, as abordagens metodológicas predominantes, os resultados encontrados e as lacunas presentes na produção científica sobre o tema.

A literatura analisada destaca que as cooperativas de crédito desempenham papel relevante na ampliação do acesso ao crédito, na mobilização de recursos locais e no fortalecimento das economias regionais. Ao operar com base em princípios de cooperação, participação democrática e reinvestimento comunitário, essas organizações contribuem para a geração de capital social e para a promoção de dinâmicas econômicas mais inclusivas.

A revisão evidenciou que a literatura tende a associar as cooperativas de crédito a efeitos positivos sobre a inclusão financeira, a dinamização econômica local e o fortalecimento das economias regionais. Entretanto, os resultados não são homogêneos, uma vez que parte dos estudos aponta que os impactos dessas instituições dependem de fatores institucionais, econômicos e territoriais específicos.

Como limitações deste estudo, destaca-se o fato de que a análise se baseou exclusivamente em revisão de literatura, não contemplando a análise empírica de indicadores econômicos ou de desempenho das cooperativas nas diferentes regiões do país. Nesse sentido, pesquisas futuras podem ampliar a utilização de métodos quantitativos, análises comparativas entre regiões e estudos longitudinais capazes de aprofundar a compreensão dos impactos das cooperativas de crédito sobre o desenvolvimento regional.

Ao sistematizar a literatura sobre cooperativismo de crédito e desenvolvimento regional, este estudo contribui para evidenciar a relevância dessas instituições na promoção da inclusão financeira e na redução de desigualdades territoriais no contexto brasileiro.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para o avanço das discussões acadêmicas sobre cooperativismo de crédito e desenvolvimento regional, oferecendo uma visão sistematizada da produção científica existente e identificando oportunidades para o desenvolvimento de novas agendas de pesquisa. Ao evidenciar convergências, divergências e lacunas da literatura, a pesquisa fornece subsídios para futuras investigações e para o aprimoramento do debate sobre o papel das cooperativas de crédito no desenvolvimento econômico e social dos territórios.

REFERÊNCIAS

AIELLO, Francesco; BONANNO, Graziella. Bank efficiency and local market conditions: Evidence from Italy. Journal of Economics and Business, v. 83, p. 70–90, 2016.

AGOSTINO, Mariarosaria; ERRICO, Lucia; RONDINELLA, Sandro; TRIVIERI, Francesco. Do cooperative banks matter for new business creation? Evidence on Italian manufacturing industry. Annals of Public and Cooperative Economics, v. 93, n. 3, p. 637–675, 2022.

ALCARAZ, M. C.; MONTEAGUDO, I. C.; TORMO, F. S. The contribution of credit cooperatives to alleviate geographical financial exclusion in less populated areas: the case of Spain. CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa, n. 103, p. 197–224, 2021.

ALCARAZ, M. C.; MONTEAGUDO, I. C.; TORMO, F. S. The role of credit cooperatives supporting empty Spain through social capital. REVESCO: Revista de Estudios Cooperativos, n. 138, e73866, 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo – SNCC.* Brasília: BCB, 2024. Disponível em: https://www.bcb.gov.br. Acesso em: 12 abr. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Evolução do Sistema Financeiro Nacional – dezembro 2024. Brasília: BCB, 2025.

BARROS, Manuela Gonçalves et al. Efficiency of credit unions in Brazil: an analysis of the evolution in financial intermediation and banking service. *RAUSP Management Journal*, v. 55, n. 3, p. 289–308, 4 set. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 16 dez. 1971.

CAMPOS JUNIOR, Ricardo Correia. Os usos da teoria dos polos de desenvolvimento no planejamento regional brasileiro. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2020. doi:10.11606/D.8.2020.tde-29072020-171212. Acesso em: 2026-03-11.

CAVINATO, Nayara Regina; CAPITANI, Daniel Henrique Dário. Eficiência social das cooperativas de crédito rural no Brasil: uma análise sob a ótica regional. Economia e Sociedade, Campinas, v. 32, n. 2, p. 429–455, 2023.

FERREIRA, Carolina Coelho; SALLES, Alexandre Ottoni Teatini. Desenvolvimento econômico e desigualdade social: uma análise a partir do princípio de causação circular cumulativa de Gunnar Myrdal. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, n. 55, p. 82–111, jan./abr. 2020.

GIAGNOCAVO, Cynthia. The development of the cooperative movement and civil society in Almeria, Spain: Something from nothing? Sustainability, v. 12, n. 23, p. 9820, 2020.

GREATTI, Ligia; SELA, Vilma Meurer. Atuação das cooperativas de crédito no processo de inclusão financeira no Brasil. Revista Enfoque: Reflexão Contábil, v. 40, n. 3, p. 21–37, set./dez. 2021.

HIRSCHMAN, A. O. The strategy of economic development. New Haven: Yale University Press, 1958.

JACQUES, Eliezer Rodrigues Gonçalves; OLIVEIRA, Flávio de. Cooperativas de crédito no Brasil: evolução e impacto sobre a renda dos municípios brasileiros. Economia e Sociedade, Campinas, v. 25, n. 2, p. 489–509, 2016.

KORZEB, Z.; SEMBIYEVA, L.; ZHAGYPAROVA, A. The influence of cooperative bank outlets upon local development in the Podlaskie Voivodeship in Poland. Bulletin of the National Academy of Sciences of the Republic of Kazakhstan, v. 6, n. 382, p. 316–326, 2019. DOI: 10.32014/2019.2518-1467.176.

MANENTI, Rafael Borges. Introdução às teorias do desenvolvimento: uma revisão de literatura sob a perspectiva do cooperativismo de crédito. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS E SOCIEDADE, v. 3, 2021. Criciúma: UNESC, 2022.

MARTINS, Flávio. Curso de Direito Constitucional. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2022.

MORENO, Juan Francisco Albert; ÁVILA, Rafael Chaves. Banking structure and income inequality: Cooperative banking makes a difference. CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa, n. 102, 2021.

MYRDAL, G. Economic theory and underdeveloped regions. London: Duckworth, 1957.

OLIVEIRA DIAS, Murillo; TELES, Andre. A comprehensive overview of Brazilian legislation on credit cooperatives. *Global Journal of Politics and Law Research*, [S.l.]: [s.n.], 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/332718272. Acesso em: 12 abr. 2025.

OLIVEIRA, Nilza Duarte Aleixo de. Desenvolvimento sustentável, inovação, tecnologia social e empreendedorismo coletivo em relacionamentos intercooperativos: Sistema Creditag e Cooperativas de produção agrícola de Rondônia. Tese de Doutorado em Administração, UFRGS, Porto Alegre, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). Anuário do cooperativismo brasileiro 2024. Brasília: Sistema OCB, 2024. Disponível em: https://www.somoscooperativismo.coop.br/anuariocoop. Acesso em: 12 abr. 2025.

PERROUX, François. Economic space: theory and applications. The Quarterly Journal of Economics, v. 64, n. 1, p. 89–104, 1950.

PINHO, D. B. O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

PORTO, Wellington Silva. Avaliação de desempenho de cooperativas de crédito rural baseada no uso do *Balanced Scorecard*: uma proposta de modelo. 2002. 157 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

PORTO, W. S.; RIBEIRO, M. T. J. B.; ANJOS, L. C. M.; SAMPAIO, Y. S. B. Precisa sobrar mais: gerenciamento de resultados em cooperativas de crédito brasileiras. Pensar Contábil, Rio de Janeiro, v. 22, n. 77, p. 34-44, jan./abr. 2020.

PUTNAM, Robert D. Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy. Princeton: Princeton University Press, 1993.

QUEIROZ, Fernanda Cristina Barbosa Pereira; FLACH, Leonardo; MATTOS, Luísa Karam de. Cooperativas de crédito e desenvolvimento local. Revista de Gestão e Secretariado, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 593-609, 2022. DOI: http://dx.doi.org/10.7769/gesec.v13i3.1345.

ROVANI, Bruno Pilatti; MARCHESAN, Jairo; RAMOS, Fernando Maciel; VARGAS, Letícia Paludo. Desenvolvimento socioeconômico e cooperativismo de crédito no município de Concórdia-SC. Desenvolvimento em Questão, v. 18, n. 52, p. 308–323, 2020.

SCHNEIDER, José Odelso. Cooperativismo e desenvolvimento sustentável. *Otra Economía*, v. 9, n. 16, 16 abr. 2015.

SCHUNTZEMBERGER, Amanda Massaneiro da Souza Jacques; GONÇALVES, Eliezer Rodrigues; OLIVEIRA SAMPAIO, Flávio de; VAZ, Armando. Análises quase-experimentais sobre o impacto das cooperativas de crédito rural solidário no PIB municipal da agropecuária. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 53, n. 3, p. 497–516, 2015.

SILVA FILHO, Márcio Pereira da; SILVA, Jesiel Souza. Dinâmica temporal das cooperativas de crédito com sede em Rio Verde/GO entre 2018 a 2022. Revista Capital Científico – Eletrônica, v. 23, n. 2, p. 33–52, 2025.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SNYDER, Hannah. Literature review as a research methodology: an overview and guidelines. Journal of Business Research, v. 104, p. 333–339, 2019.

SOUZA, Gustavo Henrique Dias; BRESSAN, Valéria Gama Fully; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Desenvolvimento comunitário e cooperativismo de crédito: influências nos modos de vida da comunidade chapadense. Administração Pública e Gestão Social, v. 15, n. 1, p. 1–17, 2023.

VARGAS-CHAVES, I. Cooperativas y responsabilidad social corporativa: una revisión de los fundamentos teóricos para comprender su articulación desde la libre empresa. Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science, v. 13, n. 2, p. 210–227, 2024. DOI: 10.21664/2238-8869.2024v13i2p.210-227.

VASCONCELOS, A. C. F.; LEITE, A. M. M. R. Teorias clássicas do desenvolvimento regional: Perroux, Myrdal e Hirschman. Revista Interações, Campo Grande, v. 5, n. 8, p. 61–72, 2004.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. Desarrollo endógeno en Europa. Madrid: Pirámide, 2002.